

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Folha de São Paulo*

Class.: PCNR00021

Data: 13 de Novembro de 1984

Pg.: 4-14

'Calha Norte' é o último projeto de ocupação amazônica

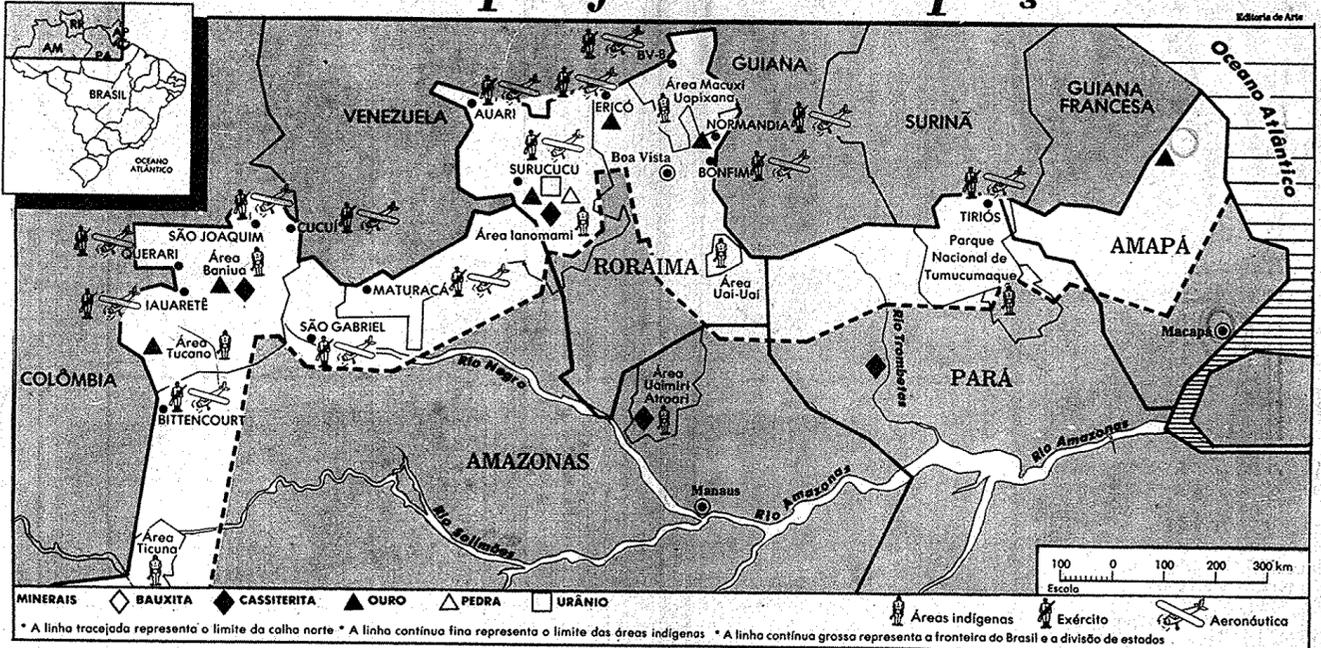
JOÃO BATISTA NATALI

Enviado especial o Boa Vista

O modelo de ocupação da Amazônia não é o mesmo que no início dos anos 70, quando colonizar foi sinônimo de malha rodoviária. Desta vez, mobilizando recursos mais modestos, o Conselho de Segurança Nacional patrocinou o "Projeto Calha Norte", prevendo, de início, oito bases para o reforço da presença militar, numa área de fronteira do rio Oiapoque —divisa do Brasil com a Guiana Francesa— até o Solimões, divisa com a Colômbia.

Nessa faixa de 6.500 km, conflitos latentes ou deflagrados envolvem mineradoras e garimpeiros, ou ambos com indígenas, que a Igreja teme estarem ameaçados pela tentativa de integração acelerada à economia do homem branco.

As Forças Armadas, por sua vez, atribuem-se o papel de árbitro. Querem proteger o índio, elo mais frágil na corrente de interesses, e ainda fortalecer as fronteiras diante da eventual instabilidade política dos vizinhos do norte.



O mapa mostra a localização das principais riquezas minerais existentes na região amazônica da Calha Norte, junto às fronteiras com a Colômbia, Venezuela, Guiana, Surinã e Guiana Francesa; mostra também as principais áreas indígenas e instalações militares.

Governo quer disciplinar conflitos na região

"Calha Norte" é bem mais que a designação do primeiro e único projeto que a "Nova República" reservou para a Amazônia. Trata-se, à primeira vista, da instalação de oito novos batalhões de fronteira, numa faixa de 6.500 quilômetros de comprimento por 160 quilômetros de largura, cobrindo, nas divisas do Brasil com cinco de seus vizinhos —Guiana Francesa, Surinã, República Cooperativista da Guiana, Venezuela e Colômbia—, uma área correspondente a 14% do território nacional. Mas, embutido nesse plano de ocupação essencialmente militar, há toda uma estratégia do governo para disciplinar conflitos reais ou latentes, nessa última faixa descolonizada de terras brasileiras.

Custos declarados para 1986, no orçamento das Forças Armadas: Cz\$ 207,5 milhões, atingindo, até 1990, algo em torno de Cz\$ 896 milhões. Há indícios, no entanto, que as quantias serão maiores. De fato, a Folha apurou que para a reforma, ampliação e asfaltamento de uma única pista de aviação, localizada na serra de Surucucus, junto à fronteira venezuelana e a 340 km a oeste de Boa Vista, capital do Território de Roraima, a Aeronáutica reservou Cz\$ 79,4 milhões. E ainda: a Fundação Nacional do Índio, Funai, vinculada ao Ministério do Interior, solicitou até 1989 Cz\$ 1.107.412 mil, para a abertura de 36 postos indígenas, construção de sete pistas de aviação, e a possível aquisição de cinco aviões. Mesmo assim, a estimativa da Funai é pouco ambiciosa, na medida em que, dos 225 mil índios que se estima haver hoje no Brasil, cerca de 50 mil encontram-se na área fronteiriça do "Projeto Calha Norte".

E justamente por causa dessa população nativa que o projeto vem encontrando resistências. Ele pretende, afirma a Folha, Ronaldo Costa Couto, 43, ministro do Interior, "a compatibilização da política indigenista com a política de segurança nacional".

O casamento dessas duas lógicas encontra dificuldades secundárias quando se trata de populações há décadas acostumadas ao convívio com o homem branco, como os tucanos, no extremo noroeste do Estado do Amazonas, "catequizados" desde os anos quarenta por missões católicas salesianas. O que diz, no entanto, dos ianomamis —oito mil em território brasileiro, e mais treze mil em solo venezuelano, numa faixa a oeste de Roraima— que se prolonga até o norte do Amazonas— ou então dos Tírios ou Uaianas, habitantes do Parque Nacional de Tumucumaque, ao norte do Pará, fronteira com a Guiana Francesa?

São índios, sem querer, instalados, desde tempos ancestrais, bem em cima da calha norte. Sobre eles, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), acaba de desencadear uma campanha contra o que julga ser o grande risco do projeto governamental. "O 'Calha Norte' é muito mais do que se pretende mostrar", diz, em Brasília, Antônio Brand, 37, secretário-executivo do

mento de colonos na vizinhança", disse ele à Folha, em Manaus (AM). Argumenta que os próprios "tuxauas" (chefes tribais) desejam que as mineradoras se implantem, porque elas oferecem empregos e assistência médica, providenciando ainda uma rede de transportes de que essas populações isoladas não dispõem.

O fato é que as mineradoras já estão instaladas na calha, e nem

Garimpo é extrativismo, "única forma de integrar o homem e a natureza local"

sempre em sintonia com as demais forças presentes. O presidente da Goldamazon (que não é empresa estrangeira, apesar do nome), Elton Rohuelt, 45, referindo-se a aos quatro anos de mineração nas jazidas de ouro às margens do rio Içana (1.300 km a noroeste de Manaus), é sumário: "Com ou sem o 'Calha Norte', nós estaríamos lá". A seu ver, "os civis estão bem mais preocupados que os militares em manter ocupada a fronteira", porque eles investem capital de risco, e querem o retorno de seus investimentos. E isso sob as barbas do vale do Içana, dos 4.500 integrantes da nação indígena Banua.

Se não bastasse esse fator de complicação, há ainda o permanente conflito entre mineradoras e o garimpo, exemplificado por José Altino Machado, 44, presidente de uma espécie de confederação que reúne quatro sindicatos e doze associações de garimpeiros da Amazônia. Outra região rica em ouro (mais rica que Serra Pelada), a Serra do Traira, fronteira com a Colômbia e 1.400 km a noroeste de Manaus, fôra ocupada por garimpeiros antes que o Grupo Parana-pena requeresse a área junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral, o DNPM, órgão do Ministério das Minas e Energia. Um mandato judicial obrigou, no ano passado, os garimpeiros a saírem; mas eles voltaram em pequenos aviões, danificando as máquinas da mineradora, e sendo novamente expulsos, em abril último, por 65 soldados e oficiais da Polícia Militar do Amazonas, providencialmente vestidos com uniformes de combate do Exército para se fazerem respeitar. Altino menciona o episódio como exemplar da perseverança dos garimpeiros, "representantes do extrativismo que é a única integração possível entre o homem e a natureza", e que totalizariam, segundo suas contas, 282 mil registros individuais, ou 452 mil (em toda a Amazônia) quando levados em conta cidadãos com carteirinha de lavra expedida pela Secretaria da Receita Federal.

Em Traira, a imprensa amazônica noticiou, em maio último, a prisão de trinta índios por garimpeiros, e a manutenção como refém de Afonso Machado, que, apesar do nome, é um dos líderes da nação Tucano. Sobre esse e outros fatos de dimensão menor, Vitor Kameyama, 45, coordenador da Regional Norte-1 do Cimi, em Manaus, disse à Folha que, nesse tipo de conflito, a corda acaba rompendo do lado mais fraco, vitimando justamente a população indígena.

Com o "Calha Norte", é difícil imaginar a supressão de conflitos entre os que pretendem se apropriar ou se manter na parcela da Amazônia a que julgam ter direito. Antes de mais nada, e referindo-se apenas às bases avançadas do Exército, o superintendente-executivo regional da Funai em Manaus, Sebastião Amâncio, 43, diz que o órgão do qual faz parte é hoje o único protagonista que os índios reconhecem como neutro. Caberá aos militares provarem o mesmo.

O Cimi, refletindo a postura da Igreja "progressista", não atribui nem à Funai, nem às Forças Armadas a necessária neutralida-

de. D. Aldo Mongiano, 67, bispo do Território de Roraima, diz que, com a "Nova República", o governo "continua sendo hostil ao índio". Ele menciona o caso da maloca do Piolho, habitada por uma comunidade de índios macuxi, a 270 km a noroeste de Boa Vista. Junto a ela, instalou-se um fazendeiro branco, que destruiu o curral de inverno onde os índios mantinham os bois que estavam criando. "Prenderam cinco índios, que foram transferidos para a cadeia de Boa Vista, o que está em radical contradição com o Estatuto do Índio", diz o bispo.

Não é essa, porém, a versão do governador do Território de Rondônia, Getúlio Cruz, 35. "Em verdade, diz ele, pessoas trabalhando junto aos índios (não mencionou nominalmente a Igreja) imaginaram a expansão das áreas indígenas através da construção de currais, situados além do igarapé que delimitava as terras dessa maloca macuxi". O fato de os índios terem sido encaminhados para um estabelecimento penal reservado aos brancos é por ele qualificado de "grave e lamentável". Tanto quanto D. Aldo Mongiano, o governador diz ter pedido ao juiz federal que decretou a prisão (por ser Território, Roraima não possui Poder Judiciário próprio) para que os envolvidos permanecessem sob sua custódia. A resposta foi negativa.

O incidente é ilustrativo de uma outra questão vinculada ao "Projeto Calha Norte". Trata-se da delimitação das terras indígenas, e da maneira com que ela se processa na faixa de 160 km da fronteira, ou seja, uma área de segurança nacional.

"Na Amazônia, 99% das terras dos índios não estão demarcadas. Os 20 mil tucanos, do Alto Solimões, requereram uma demarcação, mas foram atendidos em apenas 10% do

Bispo de Boa Vista diz que "Nova República" mantém hostilidade com os índios

território reivindicado", afirma o secretário-executivo do Cimi, Antônio Brand. "Há indícios de que o Conselho de Segurança Nacional pretende reduzir as áreas indígenas ao mínimo, adotando o modelo que o governo do Peru instituiu na Província de Mainas, onde os iaguis e pevas ficaram proprietários só das terras imediatamente vizinhas à suas aldeias, instalando-se, entre seus territórios, 'corredores' ocupados pelos colonos brancos".

O problema é bem mais complicado do que aparenta. A pergunta "O que é terra do índio?", o governo responde que é o local em que o índio mora, enquanto a Igreja, dando uma definição mais extensa do ponto de vista territorial, responde que são os locais pelos quais o índio anda.

O ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, não nega que, nas áreas de fronteira, o "Calha Norte" permitirá uma "linha de povoamento (branco) progressivo e de forma disciplinada". Mas afirma, ao mesmo tempo, opor-se aos "que querem exibir o índio numa vitrina, como se fosse um animal exótico, ou preservá-los reclusos em áreas artificialmente delimitadas, como se não passassem de simples tesouro antropológico".

Mencionando, ainda, "os que querem equipar os índios imediatamente com tratores, transformando as comunidades em agroindústrias, o que corresponderia a um salto de milênios" ele diz que, para o governo federal, "não há resposta única, já que cada caso é um caso".

Dentro do que qualificou de "processo vertiginoso de ocupação territorial", o reforço da presença das Forças Armadas nas fronteiras é, para o ministro, "a componente essencial de uma política de proteção ao índio". E acrescenta: "En-

tre 1910 e o final do regime militar, no ano passado, foram delimitados 24 milhões de hectares de área indígena. Só no governo Sarney, já delimitamos quase 12 milhões", numa aceleração que, se verdadeira, é invejável.

Um dos subordinados imediatos de Ronaldo Costa Couto, o superintendente da Funai, Marcelo Chagas, 39, diz não haver, aprioristicamente, nenhuma restrição no processo de delimitação das áreas indígenas. Das 443 áreas apenas "catalogadas", 126 já estão demarcadas, quarenta encontram-se com o processo em andamento (cada processo é objeto de um decreto do presidente da República), sendo o objetivo da Funai terminar o trabalho nos próximos quatro anos.

Chagas faz, entretanto, uma ressalva: "Mesmo não havendo nenhuma determinação superior, quando se trata de delimitar uma área em território da calha norte, temos tido o cuidado de antes consultar o Conselho". Ou seja, o Conselho de Segurança Nacional.

Mineradoras estão na calha nem sempre em sintonia com demais forças presentes

E em função de uma possível mudança de critérios de delimitação das áreas indígenas que um grupo de trabalho do Ministério do Interior permaneceu entre maio e outubro em Roraima (52% de sua população é indígena), estudando uma nova "razoabilidade", na qual o Cimi identifica uma maneira trapaceira de redução das "terras dos índios", conceito que, como já exposto, é objeto de controvérsia. Naquele Território Federal, a Folha apurou que na área dos índios uapixama em Jacamim, a 15 km da fronteira com a Guiana, o grupo ministerial propôs a demarcação em troca da abdicção de um terço do território originariamente reivindicado.

De qualquer modo, em Brasília, o discurso específico do Conselho de Segurança Nacional, partindo do pressuposto de que a integridade territorial brasileira é um patrimônio do qual a nação deve se apoderar, sem nenhuma exceção à regra, vai em duas direções: proteger o índio contra avanços de terceiros, e trabalhar em cima do modelo das colônias agrícolas como forma futura de sobrevivência cultural e econômica dessas comunidades nativas.

Sarney considera positivo discutir projeto, mesmo em circunstância polêmica

Mesmo que a ação da Igreja tenha associado o "Projeto Calha Norte" exclusivamente à questão indígena —até porque o programa de ocupação econômica da região estão no mínimo embrionários—, o fato é que, há três semanas, despachando com o ministro-chefe do Gabinete Militar, general Bayma Denis, o presidente José Sarney teria demonstrado "imensa satisfação" porque o assunto ingressou no debate público, mesmo fazendo-o pela mais polêmica das portas, a de uma potencial área de atrito entre governo e hierarquia católica.

De certa forma, esse atrito é proporcional ao potencial de riquezas envolvidas no subsolo: o alto Jurua e o alto Purus, no Estado do Acre, estão excluídos do "Projeto Calha Norte". São terras pobres em potencial mineral. Paralelamente, nos limites ocidentais da calha norte, no alto Solimões, igualmente pobres, a delimitação de áreas indígenas é bem mais rápida que nas terras ianomamis do Território de Roraima.

Ianomamis vivem sobre um tesouro de cassiterita

No maciço de Parima, a noroeste de Roraima e a 40 km da fronteira com a Venezuela, mais precisamente a serra de Surucucus, dormita, geograficamente isolada por rios e estradas, uma província mineral em que geólogos da Companhia Vale do Rio Doce identificaram reservas de cassiterita de no mínimo US\$ 240 milhões. No curto período de onze meses, encerrado em setembro de 1976, em que a área foi liberada para 4.800 garimpeiros, uma frota de 54 pequenos aviões escoou 478 toneladas daquele minério.

Surucucus abrigará, dentro de dois ou três meses, um dos postos militares avançados que o Exército já está construindo, como parte do "Projeto Calha Norte". Os setenta militares terão por vizinhos um posto da Funai com suas cinco edificações rústicas, e mais 25 crianças e dezesseite adultos da aldeia pilisi, no coração da nação ianomami, índios até hoje praticamente sem contatos com o homem branco.

Pela aldeia, nunca passou missionário para batizar ou ensinar o português, todos andam nus, os homens enfeitados com brincos e varetas espetadas no nariz e ao redor dos lábios, e as mulheres, sem enfeites, "vestem-se" com uma espécie de tanga, que esconde pouco mais de uma polegada de pele ao redor da cintura.

A rotina monótona da aldeia, com a caça de porco-do-mato e o cultivo de mandioca ou banana (não há pesca no minúsculo igarapé que fornece água à comunidade) e sobretudo prolongadas festas, ou "leofu"—com que despacha a alma dos mortos para a eternidade paradisíaca— já foi rompida pelo barulho de motores desconhecidos. A pista de aviação, há quinze anos rústica e coberta por uma vegetação rala, foi alargada por cinco tratores transportados em Bu-falos C-115 da FAB, aguardando agora uma camada de pedregulho e duas de asfalto —materiais que, como tudo, chegarão por via aérea. Em Manaus, os alojamentos iniciais, com quatro casas e dois pavilhões, estão sendo fabricados em módulos de madeira, para serem montados nas próximas semanas por uma empreiteira de Belém (PA), que deverá desembarcar sessenta operários, ou ainda recrutar índios que

queiram trocar mão-de-obra por calções, sandálias ou utensílios domésticos.

Os pilisi assistem esse início de movimentação "boquiabertos, admirando a mágica dos tratores que deslocam tanta terra com facilidade", diz o sertanista Francisco Bezerra, 49, chefe há dez anos daquele posto da Funai. "Contei a eles que para cá viriam morar soldados, e eles ficaram felizes, porque soldado é para eles coisa boa".

Essa visão positiva do homem branco fardado formou-se por contraste com os garimpeiros, diz ele. Em 1976, índios e garimpeiros entraram em conflito, depois de um bombardeio de fogo que acabou com um morto e dois feridos. "Os garimpeiros davam bebida alcoólica para os índios, e os tornavam dependentes com restos de comida. Quando o Ministério do Interior fechou o garimpo, a aldeia não tinha plantado nada e seguiu-se um período de necessidades", acrescenta Bezerra.

Mais recentemente, em fevereiro de 1985, diante do que José Altino Machado, o dirigente dos garimpeiros, diz ter sido a quase abertura daquela reserva de cassiterita para uma grande empresa de mineração —mecanizando a lavra e excluindo o trabalho de autônomos— ele e seu grupo desembarcaram a força 48 homens em Surucucus, procurando criar um fato consumado. A invasão terminou três dias depois, com a chegada de um Bufo da FAB, transportando militares que desarmaram os invasores, enquanto o idealizador da operação permaneceu 23 dias preso em Boa Vista.

O episódio, diz o sertanista Bezerra, reforçou a confiança do índio no soldado. Mas o funcionário da Funai não festeja a chegada do Exército no bojo do "Projeto Calha Norte". Tendo sob sua jurisdição, num raio de doze quilômetros, vinte aldeias com 75 malocas, abrigando 1.200 índios, ele afirma temer o projeto de colonização com novos brancos, que a presença militar estaria precedendo. "Botar gente aqui significa matar esses índios", afirma, mencionando as molestias corriqueiras para o branco, e que no índio assumem, ao primeiro contato, um caráter epidêmico.

O fim da rotina 'preguiçosa'

O possível desastre sanitário do contato do índio isolado com o branco é um dos argumentos mais evocados pela Comissão pela Criação do Parque Ianomami, criada em 1978 e que está com projeto no Congresso, submetido pelo senador Severo Gomes (PMDB-SP). Seu objetivo —a delimitação de uma reserva de quase mil quilômetros de comprimento, com a superfície equivalente à do Estado do Rio— entra em confronto com a apropriação territorial embutida no "Projeto Calha Norte".

Carlo Zacchini, 49, missionário católico há 22 anos na região, e um dos articuladores da comissão em Roraima, se diz assustado. "Qualquer colonização será um genocídio", afirma ele. Cita como precedente, entre 1974 e 1975, a abertura dos primeiros cem quilômetros da BR-210, a Perimetral Norte, que não chegou a ser concluída pelo programa de integração da Amazônia através de uma malha rodoviária extensa. "Na ocasião, em Roraima, desapareceram quatorze aldeias ianomamis, sem qualquer testemunha. Os índios morreram de gripe e sarampo. Nessa epidemia, socorri pessoalmente os últimos sessenta sobreviventes", afirma.

A médio prazo, o governador de Roraima, Getúlio Cruz, diz ser preciso estabelecer um plano de aproximação com as populações indígenas isoladas, minimizando os efeitos dos primeiros contatos e até discutindo o problema no Congresso Nacional. Caso contrário, independentemente dos efeitos epidêmicos de uma colonização regional acelerada, "o índio seria novamente prejudicado por sua assimilação à civilização hegemônica", a civilização do homem branco, "por aqui ainda baseada em relações pré-capitalistas (compadria, parceria), que não se casam com sua cultura e seus hábitos", diz ele. Enquanto essa e outras discussões

acirradas pelo "Calha Norte" deslocam para uma longa viagem de proselitismo, os pilisi de Surucucus bocejam sob o calor do altiplano, cumprindo involuntariamente a missão do "primitivo", do homem original.

Há exatos nove dias, crianças e velhos cercaram o bimotor com que chegou à aldeia o repórter da Folha, enquanto na maloca, distante quinhentos metros da pista, os aditos permaneciam indolentes em suas redes, ao lado de pequenos brasos fumegantes para espantar moscas, comendo banana cozida e aparentemente sem levar muito a sério uma espécie de exercício praticado aos pulcos e gritos pelo "xabori" (o fiteciro), de rosto e peito colorido portintus.

Na ampla tenda comum, uma de esteira-parede separa dos demais as sogras que não podem ver os genros, ou dirigir-lhes palavras. Seria ingêsto. Inexiste a noção de número. A quantificação das coisas é dada por apenas três palavras: um, poucos e muitos. A cada três ou quatro anos a aldeia se muda para uma distância de dez ou quinze quilômetros, para a exploração de terras menos esgotadas. Os mortos se decompõem em posição fetal ao ar livre, embrulhados numa esteira, e seus corpos são depois encenerados.

Uma índia de idade indefinida pede-me a camisa e o relógio. Recebe duas respostas delicadamente negativas. Mas para evitar qualquer mágoa, pergunto amistosamente o menininho de pouco menos de um ano que ela traz pendurada pelo bum-bum em suas costas e seu filho ou seu neto. Pelo intérprete, ela responde que é filho. E para não deixar dúvidas sobre sua condição de mãe, apanha com o polegar e o indicador da mão direita seu imenso seio esquerdo e dá duas esborrifadas de leite em minha direção. Sem nenhuma agressividade.